

Local Ambiente aprovou projecto, mas há quem fale em “crime ecológico”



Novo porto de recreio de Faro tem um impacto igual a 200 hectares de floresta a arder

A poluição causada pelas dragagens e destruição da pradaria de ervas marinhas equivale a lançar na atmosfera tanto CO2 como quando ardem 200 hectares de floresta

Idálio Revez Texto
Nuno Ferreira Santos Fotografia

Em plena ria Formosa, em Faro, vai nascer um novo porto de recreio/marina. O equipamento, com luz verde para avançar, permitirá acrescentar 291 postos de amarração aos cerca de 500 existentes na actual doca de águas interiores. O Centro de Ciências do Mar (CCMar) da Universidade do Algarve calcula que a obra vai destruir 6,8 hectares de pradarias marinhas e contribuir para “uma taxa de perda impressionante” de habitats que são abrigo e berço de espécies de peixes, moluscos e crustáceos.

“Um atentado ecológico”, exclama Rui Santos, coordenador do grupo Algae - Ecologia de Plantas Marinhas, do CCMar. As dragagens e a remoção dos sedimentos a uma cota de 2,5 metros, prosseguem, libertarão para a

atmosfera “613 toneladas de CO2 [gás com efeito estufa armazenado no ecossistema], o equivalente a 200 hectares de floresta ardida”. Mas esta é a obra, prometida há duas décadas, que une os candidatos à presidência da câmara – Rogério Bacalhau, do PSD (líder do actual executivo), e João Marques, cabeça de lista do PS e também presidente do Ginásio Clube Naval.

As espécies de ervas marinhas predominantes no local, identificadas pelo CCMar, são a *Zostera noltei* e a *Cymodocea nodosa*, que constituem dois subtipos de habitats prioritários da Rede Natura (1110Opt3 e 1110Opt2). Estas espécies, destaca Rui Santos, “encontram-se em grande declínio global, com uma taxa de perda impressionante que equivale a dois campos de futebol em cada hora”.

Mas a proposta do equipamento



O sim do Ambiente ao projecto para o porto ia caducar no ano passado, mas já foi prorrogado



A destruição de 6,8 hectares de ervas marinhas “implica que se vai perder todos os anos a remoção de 37 toneladas de CO2”

Rui Santos
Investigador do CCMar

portuário - não obstante vir a eliminar espécies incluídas na lista da Convenção para a Protecção do Meio Marinho do Atlântico Nordeste (Ospar) como “espécies vulneráveis e em condições críticas” - reúne condições para se concretizar. A decisão de conformidade ambiental do projecto de execução (DCAPE), que iria caducar no final do ano passado, se não tivesse sido renovada, foi prorrogada por um período de mais quatro anos. Assim, para que os direitos adquiridos continuem válidos, o promotor só tem de “dar início ao projecto até 16/12/2024”, lê-se na DCAPE, emitida pela Comissão de Coordenação Regional do Algarve (CCDR-Algarve) no passado dia 19 de Janeiro.

Dinheiro para a obra não parece ser o problema. “Estamos esperançados que haja um conjunto de financiamentos, através da CCDR [fundos comunitários], e que a câmara se possa candidatar”, afirmou o presidente da autarquia, Rogério Bacalhau. Os investimentos na “economia azul” são uma das áreas em destaque das propostas do Fórum Oceano – documento da CCDR, ainda não terminado –, em que se prevê “criar infra-estruturas físicas e digitalmente capacitadas nas áreas marítimo-portuária do Algarve (portos comerciais, portos de pesca, marinas e recreio)”. Em qualquer dos casos, sublinha o autarca social-democrata, “se não houver financiamento, o município pode ir à banca e fazer com fundos próprios”.

O processo encontra-se em fase de elaboração de projectos de especialidade, cuja conclusão se prevê até final do ano. Com esta intervenção e outras previstas para a zona ribeirinha, a Baixa da cidade reconfigura-se, virando-se para o mar. Desde o Teatro das Figuras até ao Largo de S. Francisco – um itinerário com cerca de dois quilómetros – passa a existir uma via preferencialmente dirigida a peões e ciclistas e um passadiço sobre a ria desde o porto recreio até ao Parque de S. Francisco. O projecto prevê o atravessamento do caminho-de-ferro com três passagens inferiores (junto ao Hotel Eva, Portas do Mar e Largo de S. Francisco). A actual passagem de nível junto ao Teatro das Figuras será substituída por uma passagem aérea rodoviária.

Descentralização encalhada

O candidato socialista à câmara, João Marques, rema nesta matéria para o mesmo lado de Rogério Bacalhau. “Uma obra emblemática para o futuro da cidade”, enfatiza, destacando a importância de “reordenar o porto (informal) que existe dentro da ria”, com centenas de embarcações. Questionado sobre os impactos ambientais que a obra irá acarretar, responde: “A zona encontra-se degradada, o que se pretende é requalificar.”

O Ginásio Clube Naval, a que preside, explora a actual doca de Faro, por



concessão da Docapesca válida por mais 30 anos. O clube, com estatuto de utilidade pública, pretende candidatar-se à gestão do espaço. “Temos o conhecimento e a experiência nesta área [portuária]”, justifica. De acordo com o estudo que o clube mandou elaborar, o futuro porto, situado do lado de lá da via férrea, representa um investimento na ordem dos seis milhões de euros. “Temos um plano de negócios que passa pelo autofinanciamento, e connosco a exploração não vai dar prejuízo”, garante.

Rogério Bacalhau admite que o município possa assumir directamente a gestão ou lançar concurso público para a exploração.

Há, no entanto, um pormenor que não será de somenos importância, como recordou, em declarações ao PÚBLICO, o presidente da Docapesca, Sérgio Faias: “Falta assinar a homologação do protocolo [por três ministros: das Finanças, do Mar e da Modernização Administrativa], para que se dê a transferência de competências para os municípios das áreas portuárias.” O acordo, alcançado no ano passado através de uma comissão que integrou várias entidades, abrange ainda “as áreas urbanas de desenvolvimento turístico e económico não afectas à actividade portuária”.

No caso de Faro, a Docapesca fica com a sua área de jurisdição reduzida ao núcleo piscatório da Culatra e núcleo piscatório da doca interior de Faro. O Jardim Manuel Bivar, Café Coreto e toda a frente da cidade virada para a ria Formosa deverão passar para a esfera da gestão autárquica.

Além de para a capital algarvia, estão concluídos os protocolos para descentralização das áreas marítimas em Tavira, Olhão e Lagos (em Portimão e Loulé decorrem negociações). Mais a norte, os municípios de Cascais, Nazaré e Peniche também chegaram a um entendimento com a administração central para a descentralização das áreas marítimas e portuárias.

“Temos um protocolo para assinar no gabinete do ministro das Infra-Estruturas há ano e meio, não percebo

Náutica intensiva

O número dos praticantes de náutica de recreio está em crescimento permanente. Aos fins-de-semana, em Agosto, os barcos a navegar pelos canais da ria Formosa fazem lembrar as filas dos carros na Estrada Nacional (EN) 125. A modalidade está em franca expansão, no Algarve. Só o Clube Naval de Faro tem uma lista de espera com mais de três centenas de candidatos a um lugar de amarração. Na vizinha cidade de Olhão, a marina também se encontra em *overbooking*.

Mas até que ponto o frágil ecossistema lagunar da ria suporta os efeitos do intenso tráfego marítimo? O plano do Parque Natural da Ria Formosa (PNRF) menciona 47 fundeadouros, desde o Ancão a Cabanas/Fábrica, mas o que se verifica é que cada um lança a âncora onde lhe dá mais jeito e sobretudo o mais perto possível das praias “paradisiacas”. O director do PNRF, Castelão Rodrigues, adiantou que foi constituído “um grupo de trabalho para vir a ser criado um sistema de georreferenciação” para que, de futuro, possa haver fiscalização. **I.R.**



o atraso”, lamenta Rogério Bacalhau, sublinhando que o processo encaixou com a alteração orgânica do Governo. A Administração dos Portos do Sul (APS), que tem a jurisdição da área, saiu do Ministério do Mar (liderado pela ex-ministra Ana Paula Vitorino) para as Infra-Estruturas.

Megaprojecto turístico

O lado nascente da cidade, turisticamente cobijado e ambientalmente degradado, está no radar dos grandes investidores. Mesmo ao lado do porto situa-se o bairro social Horta da Areia e a zona industrial do Bom João. A área soma 49 hectares, dos quais cerca de 31 já são urbanos. Os termos de referência do Plano de Pormenor (PP), que começou a ser elaborado há dois anos, são elucidativos sobre o que se prepara para o sítio. Este plano, defendem os promotores, reflecte aquilo que os agentes do sector empresarial do turismo e do desenvolvimento regional “consideram prioritário ser apoiado pelos fundos comunitários para o turismo do país”. No âmbito do megaprojecto, integra-se a conversão do porto e cais comercial numa “estação náutica”, onde se prevê também um pólo de investigação científica ligado ao CCMar, serviços comerciais, restauração e hotelaria.

Quanto ao porto de recreio/marina, os estudos que sustentaram a declaração de impacto ambiental (DIA) favorável, de 2005, não referem uma linha sobre a importância dos sapais e ervas marinhas, os “rins” que filtram a água para limpar os nutrientes provenientes da agricultura e efluentes urbanos. Mais recentemente, as alterações ao projecto que permitiram a “conformidade” com a DIA traduziram-se numa redução pouco significativa do impacto da obra no ecossistema lagunar.

Por exemplo: o aterro em zona húmida reduziu-se apenas dos 2,9 hectares para 2,8. Mais significativa foi a diminuição da área do plano de água e bacia de manobra - baixou de 6 hectares para 2,6. O volume de dragagens diminuiu também de 298.430 metros cúbicos para cerca de 206.000. As medidas de minimização, sublinha a decisão de conformidade ambiental do projecto de execução, foram no sentido de “garantir que o porto de recreio não introduz níveis de perturbação ou degradação no ecossistema lagunar que possam comprometer a integridade ecológica da ria Formosa”.

Os investigadores da Universidade do Algarve chegaram a uma conclusão oposta. A destruição de 6,8 hectares de ervas marinhas “implica que se vai perder todos os anos a remoção de 37 toneladas de CO2”. Por outras palavras, significa que todos os anos vai haver emissões de dióxido de carbono que não são retiradas da atmosfera. E haverá mais barcos a poluir o frágil ecossistema lagunar.